

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.766 - RJ (2019/0200902-6)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE : AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**  
**ADVOGADOS : ALEXANDRE MIRANDA LIMA E OUTRO(S) - RJ131436**  
**PABLO HERTZ BRUZZONE LEAL - RJ159485**  
**VANESSA ANTONIETO RABELO - RJ169398**  
**EMBARGADO : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADOR : GUSTAVO DA ROCHA SCHMIDT E OUTRO(S) - RJ108761**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos pela AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS contra decisão de minha lavra, que conheceu do agravo, para não conhecer do recurso especial, por deserção (e-STJ fls. 429/430).

O embargante sustenta, em síntese, que "o Ministro Relator se equivocou ao majorar em percentual tão elevado os referidos honorários sucumbenciais, de acordo com o trabalho adicional realizado em grau recursal, isto porque, repise-se, a causa não apresenta grande complexidade, e, por isso, tampouco suas peças recursais" (e-STJ fl. 433).

Entende que "a aplicação dos honorários advocatícios no patamar fixado é excessiva e desproporcional, violando, assim, o disposto nos arts. 85, §§ 2º, 3º e 11º, do Código de Processo Civil" (e-STJ fl. 433).

Impugnação às e-STJ fls. 441/442.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão.

*In casu*, não ocorreu nenhum dos vícios supracitados.

As omissões invocadas pela parte embargante manifestam o seu inconformismo com o *decisum* embargado e repisa argumentos dantes suscitados, desiderato inadmissível em sede de embargos declaratórios.

Nesse sentido, transcrevo precedente desta Corte Superior:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. 1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional. 2. No caso, está evidenciado o intuito do embargante em

rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra Diva Malerbi, desembargadora Convocada TRF 3ª Região, Primeira Seção, julgado em 24/02/2016, DJe 04/03/2016).

De toda sorte, cumpre esclarecer que esta Corte firmou entendimento de que há necessidade de preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos para a incidência de honorários advocatícios recursais: (a) somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC, (b) o não conhecimento integral ou o improvimento do recurso pelo relator, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente, (c) a verba honorária sucumbencial deve ser devida desde a origem no feito em que interposto o recurso, (d) não haverá majoração de honorários no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração oferecidos pela parte que teve seu recurso não conhecido integralmente ou não provido, (e) não terem sido atingidos, na origem, os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, para cada fase do processo, (f) não é exigível a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal, tratando-se apenas de critério de quantificação da verba (AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Segunda Seção, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017).

Dessa forma, tendo preenchido os requisitos para majoração, devem ser mantidos os termos da decisão monocrática.

A propósito do tema:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ANÁLISE QUANTO À COMPROVAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA FINS DE CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11 DO CPC/2015. CABIMENTO.

[...]

2. Em relação aos honorários recursais, esta Corte entende que "é devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do artigo 85, parágrafo 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: (a) decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, quando entrou em vigor o novo CPC; (b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; (c) condenação em honorários advocatícios desde a origem, no feito em que interposto o recurso" (EDcl no AgInt nos EREsp 1365095/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 24/09/2019).

3. Agravo interno não provido. (AgInt nos EREsp 1.544.387/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 04/11/2019).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. MULTA ADMINISTRATIVA. ALEGADA NULIDADE DA CERTIDÃO DE DÍVIDA

ATIVA AFASTADA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO CPC/2015. PEDIDO DE REDUÇÃO. INADMISSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DOS LIMITES DOS §§ 2º E 3º DO ART. 85 DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

V. Não se mostra excessiva a majoração dos honorários recursais em 10% do valor já arbitrado, na medida em que, fundamentada no § 11 do art. 85 do CPC/2015, observou os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal. Precedentes do STJ. (AgInt no AREsp 1.292.968/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 10/10/2018; AgInt no AREsp 196.789/MS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 18/08/2016).

VI. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1.552.036/SP, Rel. Ministra ASSULETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019).

Por fim, advirto a recorrente que a oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios pode ensejar a aplicação da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do CPC/2015.

Com essas considerações, REJEITO os embargos de declaração.

É como voto.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator